

SINALIZANDO

Nº 3 • set 2022

Revista digital do SINAL

MOBILIZAÇÃO

Greve histórica dos servidores do BC cumpriu seu papel

Novos atos de protesto já estão marcados para 13 e 14 de setembro



DIRETO DO BC



A verdadeira história da criação do Pix

ARTIGO



A autonomia do BC não está completa: ainda faltam muitas etapas

Sumário



Clique nos títulos para ler as matérias na íntegra.



Greve histórica dos servidores do BC cumpriu seu papel



A autonomia do BC não está completa: ainda faltam muitas etapas



A verdadeira história da criação do Pix



Migração de Regime – prorrogação da vigência da Medida Provisória 1.119/2022



SINAL e Fonacate discutem demandas da classe com presidentiáveis



29ª AND debaterá “O SINAL no contexto de pós-pandemia”



Liminar afasta efeitos do Decreto 10.620/2021



EXPEDIENTE

EDITORIAL

Conselho Editorial:

Fábio Faiad, Mardônio Sarmiento e Vicente Fialkoski

Jornalista

Responsável: Luís Humberto Carrijo

Textos: Luís Humberto Carrijo e Samuel Oliveira

Diagramação e arte:

Lucivam Queiroz

Secretária:

Valéria Santos

Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL)

*Setor Comercial Sul,
Quadra 1, Bloco G,
Edifício Baracat, Sala
401, Brasília/DF*

(61) 33228208

sinal.org.br

nacional@sinal.org.br

sinalizando@sinal.org.br

O segundo semestre do ano trouxe consigo uma nova etapa da mobilização dos servidores do Banco Central do Brasil em prol da pauta reivindicatória da carreira de Especialista. O fim do prazo legal, em 4 de julho, para a concessão de qualquer percentual de recomposição remuneratória em ano de eleições precipitou o fim da greve da categoria, iniciada no começo de abril. Mas a interrupção não aplacou a luta em torno da agenda de valorização.

Dentre os seus êxitos, o movimento histórico do corpo funcional impediu a efetivação de uma política salarial totalmente discriminatória, conforme indicava o Planalto nos primeiros meses de 2022, e abriu espaços de diálogo até então inimagináveis. A disposição à luta e a unidade demonstradas pelos servidores fizeram, por exemplo, com que a diretoria colegiada da Autarquia abraçasse parte de nossas reivindicações junto ao Ministério da Economia e estabelecesse uma rotina de interlocuções com o SINAL e as demais entidades representativas.

A vitoriosa greve nos deu ânimo para continuar atuando, neste segundo semestre, diante das instâncias decisórias, pelo envio célere da pauta de reestruturação de carreira (não pecuniária) e da Retribuição por Produtividade Institucional (RPBC) ao Legislativo. Dando continuidade à agenda de luta, para 13 e 14 de setembro já estão marcados dois novos dias nacionais de protesto.

O contexto e o legado de uma mobilização que segue sendo histórica e os rumos deste enfrentamento são destaques na terceira edição de Sinalizando, que dá espaço também a notícias e artigos sobre temas que interessam diretamente aos servidores do BC, ao funcionalismo como um todo e à agenda política nacional.

Quais os desafios a serem superados em direção a uma autonomia plena do Banco Central do Brasil, que contemple, por exemplo, o rol de atribuições e prerrogativas do efetivo da Casa? Por que o “DNA” do Pix - uma das mais recentes e relevantes entregas do BC à sociedade - ganhou tamanha repercussão e passou a ser um dos temas dominantes nas discussões que pautam a disputa eleitoral deste ano? Estas e outras perguntas são assuntos nas páginas da presente publicação.

Espaço também para análise jurídica dos impactos da Medida Provisória (MP) 1.119/2022, que reabriu o prazo para migração ao Regime de Previdência Complementar (Funpresp); detalhes sobre a importante vitória em ação civil pública, que impediu, por ora, a transferência das atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões do Banco Central ao INSS, em face do Decreto 10.620/2021; e para as novas interlocuções do Sindicato e das demais afiliadas, por meio do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), com os presidenciáveis.

E você, servidor, é convidado a fazer, junto conosco, a revista Sinalizando. Envie suas dúvidas, comentários e sugestões de temas para o email sinalizando@sinal.org.br.

Boa leitura!

Grande abraço,

Fábio Faiad

Presidente nacional do SINAL

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





MOBILIZAÇÃO

Ato de protesto em frente ao edifício-sede do BC, em Brasília, no dia 4 de julho

Greve histórica dos servidores do BC cumpriu seu papel

Luta segue e novos dias de protesto já estão marcados para 13 e 14 de setembro

No dia 1º de abril, os servidores do Banco Central cruzaram os braços por uma pauta remuneratória e outra não salarial. Foram três meses de greve. Foi um embate duro, não apenas por conta do contexto (o movimento se deu em ano eleitoral, pós-pandemia, com o país mergulhado numa crise econômica, fiscal e institucional manufaturada e alimentada pelo Executivo e o Legislativo), mas sobretudo por causa do ambiente pouco amigável nas mesas de negociação.

Do outro lado estava o governo, um dos mais hostis à agenda do funcionalismo, tendo como homem de frente o ministro da Economia, Paulo Guedes, inimigo público do servidor, e o único governo a não conceder qualquer reajuste desde o de Fernando Henrique Cardoso. Além de os servidores do BC terem que esgrimir autoridades políticas vociferantes, foram obrigados a lidar dentro de sua própria casa com outro ator político de peso que negou o diálogo com o movimento: o presidente do Banco Central. Roberto Campos Neto se omitiu de atuar, enquanto dirigente maior do órgão, em favor da valorização do seu corpo funcional, apesar de reconhecê-lo como de excelência.

Por todas essas circunstâncias adversas, a greve dos servidores do Banco Central, que terminou no dia 5 de julho, já pode ser considerada uma das mais árduas e mais intrépidas da história da categoria.

Mas o que levou os servidores do Banco Central a decidir enfrentar de peito aberto um oponente tão poderoso quanto vingativo? Lutar por reconhecimento, valorização e por reparo. Há anos, a categoria vem sendo aviltada, tanto no aspecto remuneratório como em seu prestígio. Ao passo que outras categorias do funcionalismo conquistavam direitos, o servidor do BC testemunhava o enfraquecimento de sua representatividade dentro das carreiras típicas de Estado e aos olhos da opinião pública.

O movimento foi vitorioso porque, embora a agenda remuneratória de recomposição das perdas inflacionárias no atual governo não tenha chegado a bom termo, deixou espaço aberto na discussão sobre o Orçamento 2023 para demandas salariais e porque outras pautas avançaram. As propostas para a reestruturação de carreira, que envolve aspectos não salariais, como a modernização da carreira de Especialista, e a criação da Retribuição por Produtividade Institucional (RPBC) foram acolhidas pela Diretoria do Banco Central para submetê-las à análise do ministério da Economia.

A greve, segundo Fábio Faiad, presidente do SINAL, teve ainda outro mérito: impediu o agravamento da assimetria salarial entre as carreiras típicas de Estado, dissuadindo o Executivo a prosseguir com uma política salarial totalmente discriminatória. O implacável movimento dos servidores do BC só se desmobilizou devido ao ano eleitoral, com o esgotamento em 4 de julho do prazo legal para que fosse concedido um reajuste ainda em 2022.

O presidente do SINAL identifica, porém, outro ganho, intangível, mas evidente, com a greve. “A mobilização devolveu a voz, havia muito silenciada, aos servidores do BC, serviu para tirar a categoria do ostracismo, reacendeu o brio e deu novo ânimo à categoria, jogou luz sobre a qualificação do corpo funcional da Autoridade Monetária e projetou para a opinião pública a sua importância para a sociedade. A criação do Pix é um dos exemplos mais sonoros dessa contribuição”, resume ele, que acrescenta que o movimento reaproximou o servidor, antes apático, do Sindicato.

Fábio Faiad observa que a categoria finalmente reconheceu a força que detém, quando há unidade e engajamento, condições imprescindíveis para enfrentar ameaças que não foram totalmente dirimidas. A aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 pelo Congresso Nacional trouxe, lembra ele, “um incômodo prenúncio de acentuação de desalinhamentos salariais entre as carreiras típicas de Estado, caso nada seja feito em relação aos servidores do Banco Central do Brasil”.

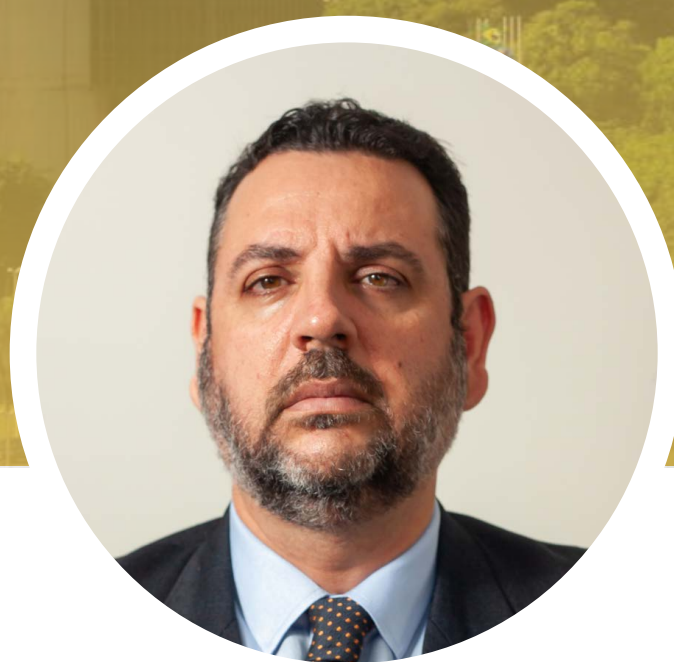
Para Faiad, o cumprimento dos reiterados compromissos do presidente da Autarquia, Roberto Campos Neto, de trabalhar com o objetivo de evitar o cenário que se desenha na construção do Orçamento da União para o próximo exercício, precisa ser cobrado pela categoria. “Os esforços se concentrarão, em nova etapa da luta, no sentido de que seja enviada ao Congresso Nacional nossa reestruturação de carreira e que sejam assegurados no Orçamento para o próximo ano os recursos necessários ao atendimento de nossas demandas”, observa. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





ARTIGO



A autonomia do BC não está completa: ainda faltam muitas etapas

Por Fábio Faiad

O Banco Central do Brasil (BC) é um órgão essencial para a estabilidade econômica do país. A sua atuação, por meio de um corpo funcional altamente qualificado, rende resultados que criam condições favoráveis à atividade econômica e beneficiam a sociedade. O bom funcionamento do sistema financeiro nacional, a criação do Pix, o estabelecimento do *Open Finance*, a criação do Sistema de Valores a Receber, entre outros produtos e serviços, demonstram muito bem a eficiência e a eficácia do BC.

Recentemente, os diretores da Autarquia passaram a ter mandatos fixos, haja vista a aprovação da Lei Complementar nº 179/2021, no que se convencionou chamar de “Autonomia do BC”. Todavia, temos de ressaltar que a simples adoção de mandatos para os diretores do BC não trouxe a esta Autarquia uma autonomia plena. Há que se observar que, nos últimos meses, o Brasil, de uma forma geral, apresentou baixos índices de crescimento e taxas de inflação altas, o que pode indicar a insuficiência de ferramentas para

o BC desempenhar melhor seu papel, instrumentos que só poderiam ser adquiridos com essa plenitude. Além disso, o próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, já veio a público diversas vezes, solicitando maior autonomia para a Instituição que ele preside, dando a entender que a lei aprovada é insuficiente.

Não se pode negar que a Lei Complementar nº 179/2021 foi uma conquista importante para o Banco Central do Brasil. Após décadas de tramitação no Congresso Nacional, finalmente algum texto legal ligado à autonomia do BC foi aprovado. Contudo, essa autonomia não pode se traduzir em apenas mandatos fixos para os diretores. Muitos outros componentes são necessários para que essa independência legal produza os resultados esperados. Sem a devida autonomia orçamentária, que garante recursos administrativos e financeiros necessários para sua plena operacionalidade, o BC caminha para sofrer o mesmo engessamento do qual padecem algumas agências reguladoras.

Um Banco Central verdadeiramente autônomo não pode prescindir das autonomias administrativa, financeira e orçamentária. No primeiro caso, exemplificamos a dificuldade através do fato de que há mais de dez anos não é realizado um concurso público no BC. Tal situação é inadmissível e se dá porque a Autarquia, sem a autonomia administrativa, fica refém de autorizações do Ministério da Economia, que impôs um bloqueio aos referidos certames, reduzindo, perigosamente, o quadro do BC, que perdeu sua capacidade de atuação, com consequentes impactos para a sociedade.

Nos últimos quatro anos, o Banco Central teve seu orçamento anual gradativamente reduzido. Em alguns casos, a Administração da Casa teve de atuar firmemente junto ao Ministério da Economia para evitar cortes ainda maiores. Como pode o BC planejar com eficiência sua atuação sem que haja os recursos correspondentes? E pior: sem a autonomia orçamentária, o governo federal pode, a qualquer momento, contingenciar os recursos do órgão, inviabilizando muitas das atividades previstas ou mesmo interrompendo tarefas já em curso. Novamente, a sociedade brasileira é quem sofre as consequências.

Outros aspectos também merecem ser debatidos. Por exemplo: o momento da indicação do presidente do Banco Central. Pela primeira vez, um presidente da República, eleito de forma soberana pela população brasileira, não poderá indicar o titular do BC de sua confiança. Tal situação é a mais correta? Isso não seria limitar a escolha democrática da sociedade brasileira? Talvez o presidente do BC devesse ser indicado no mesmo ano da posse do presidente da República (sugestão extraída de uma Assembleia Nacional Deliberativa do SINAL), podendo a descoincidência dos mandatos se limitar aos demais diretores da Casa.

Outra proposta advinda de uma Assembleia Nacional Deliberativa do SINAL é a adoção de um duplo mandato para o Banco Central. Não somente o controle da inflação seria a “meta sagrada” do BC, mas o crescimento do emprego e da economia como um todo também mereceriam uma atenção especial dos diretores da Autarquia. O Federal Reserve Bank, nos Estados Unidos, não tem apenas a inflação como propósito, atinge excelentes resultados e pode servir de inspiração para a mudança aqui no nosso país.

As condições de trabalho dos servidores do BC também merecem mudanças. Pela altíssima complexidade e pela enorme responsabilidade das atribuições, bem como pelo valor de suas entregas à sociedade brasileira e pelos desafios a eles impostos pelas transformações econômicas e tecnológicas, os cargos de analista, técnico e procurador do BC deveriam ser considerados em lei como cargos típicos de Estado, conforme disposto no art. 247 da Constituição Federal, e de nível superior de escolaridade (hoje o técnico ainda não é), além de terem definidas no diploma legal algumas prerrogativas funcionais que lhes dessem condições para atuar de forma plenamente autônoma.

Outro aspecto crucial é um debate sobre como avançar na regulamentação sobre as indicações de novos diretores do Banco Central, para que não sejam somente de “agentes do mercado financeiro”, que contaminam o órgão com a mesma ideologia das instituições financeiras a serem por eles fiscalizadas. Seria salutar que a Diretoria do BC também fosse integrada por acadêmicos de universidades de renome com visões distintas do sistema financeiro, pesquisadores, profissionais da indústria e do setor de serviços com amplo conhecimento macroeconômico e outros integrantes que possam oxigenar a visão da Diretoria colegiada do BC.

Por fim, o SINAL se coloca à disposição para ajudar nos debates acima propostos, pois entende que o presidente da República a tomar posse em 2023, seja quem for, precisa reavaliar o papel do Banco Central do Brasil, a fim de conceder-lhe mais autonomia e mais condições, de maneira a apoiar a construção de uma economia brasileira com mais solidez e com maior potencial de desenvolvimento.

Fábio Faiad

Presidente do SINAL Nacional

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





DIRETO DO BC

A verdadeira história da criação do Pix

No início de agosto, viralizou nas redes sociais conteúdo de que o presidente Jair Bolsonaro criara o Pix, sistema de pagamento instantâneo desenvolvido pelo Banco Central¹. No mês anterior, o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, inaugurava pelo Twitter² a narrativa de que a paternidade do Pix era do atual governo Bolsonaro, causando prejuízo de até “R\$ 40 bilhões” às instituições financeiras em “tarifas abusivas”. A versão foi rapidamente desmentida pela imprensa³, que se baseara em informação autenticada pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, e pelos sites de verificação de fatos. Bolsonaro, na verdade, quando questionado por um apoiador sobre o Pix, em outubro de 2020, sequer tinha ouvido falar no sistema. Para ele, tratava-se de algo relacionado à aviação civil⁴.

Mas por que o DNA do Pix ganhou tamanha repercussão e entrou na agenda eleitoral? Num país que perdera a memória de dias promissores e convive com um cenário pós pandêmico de milhares de mortes evitáveis, com uma crise econômica que ceifa o emprego, numa espiral inflacionária que corrói o salário, o Pix surge como

1 [Bolsonaro e PIX - Conteúdo Investigado](#)

2 [Ciro Nogueira infla prejuízo dos bancos e engana ao dizer que Bolsonaro criou pix](#)

3 [Estadao verifica - Bolsonaro criou pix](#)

4 [Questionado por apoiador Bolsonaro nao sabia o que era o pix](#)

uma das raras novidades boas que ajudaram milhões de brasileiros pequenos empreendedores e autônomos em seus negócios.

Não por acaso, em fevereiro de 2022, pesquisa da agência VLMY&R⁵ revelou que a ferramenta se tornara uma das marcas mais lembradas pelos consumidores no País. Pouco mais de um ano depois de ser lançado pelo Banco Central, o Pix entrara de vez na vida do brasileiro, deixando no passado funcionalidades como TED e DOC, e se estabelecera como a 22^a marca mais bem avaliada entre 1,6 mil nomes. Com o desempenho, o Pix deixara para trás nomes como iPhone (23^o), Samsung Galaxy (24^o) e Brastemp (25^a).

Num país, que não é para amadores, “sair na foto ao lado do Pix” pode render popularidade e talvez votos. Como observa Mardônio Walter Sarmento Pereira Silva, diretor de Comunicação do SINAL, “dado o sucesso e a relevância do Pix, é natural políticos quererem se promover. Mas cabe lembrar que foi um projeto totalmente conduzido pelo corpo técnico do Banco Central, sem a participação ativa de qualquer governo”. De fato, o mérito do sistema de pagamentos, que hoje serve de modelo no mundo, repousa não nas salas de políticos ou de agentes do mercado, mas no coração do prédio do Banco Central, onde todo o trabalho foi conduzido, desde o princípio, pelo corpo técnico do órgão.

Pix foi criado com o propósito de preencher uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamentos disponíveis até então.

Mayara Yano

Servidora do BC - lotada no Decem



Mayara Trindade Yano, do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), conta que o projeto foi conduzido inicialmente por servidores alocados no Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) e demandou diversos e complexos conhecimentos técnicos, em especial sobre o mercado de pagamentos, tecnologia da informação, articulação e comunicação com os diversos “stakeholders”, regulação, entre outros.

Em 2019, houve uma grande reestruturação do BC, que resultou na criação do Decem, departamento que assumiu o projeto e ficou responsável pela gestão e operação do Pix. Coube ao Deban cuidar da infraestrutura de liquidação, ao Sistema de Liquidação Central do BC para o Pix (SPI) e ao Departamento de Tecnologia da Infor-

5 [Geral PIX – marca supera Nubank](#)

mação (Deinf), por todo o desenvolvimento e sustentação das plataformas tecnológicas (SPI e Diretório de Identificadores de Contas Transacionais - DICT, bem como sistemas de monitoramento, cadastro, etc). Além disso, envolveu servidores de diversas outras unidades como a Procuradoria Geral do BC, o Comun - departamento de Comunicação do órgão, o Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor), especialmente na questão de tarifas e na interligação com o *Open Finance*, o Departamento de Atendimento ao Cidadão (Deati), entre outros.

Mas a construção do Pix, que integra o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), uma das áreas que compete ao BC acompanhar, vigiar e regular, remonta o ano de 2005. Naquele ano, a autoridade monetária do país já participava ativamente dos principais fóruns internacionais de discussão sobre sistemas de pagamento, notadamente no âmbito do Committee on Payments and Market Infrastructures (CPMI) do Bank for International Settlements (BIS).

Em 2013, a atuação do BC no mercado de pagamentos de varejo foi ampliada e intensificada com a promulgação da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Essa Lei deu o mandato para que o BC, entre outras competências, adotasse medidas para promover a competição, a inclusão financeira e a transparência na prestação de serviços de pagamentos.

No ano seguinte, logo após a promulgação da Lei 12.865, de 2013, o BC publicou o Relatório de Vigilância do SPB 2013, que divulgou as políticas de vigilância que direcionavam as ações do BC na promoção da eficiência e da segurança no SPB, na busca pelo efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades. Uma dessas políticas foi a de fomentar “soluções que permitissem, a baixo custo, pagamentos de varejo em tempo real e ininterrupto, sendo desejável que os recebedores pudessem ter os valores pagos disponibilizados imediatamente em sua conta”.

Foi a primeira vez que o Banco Central se manifestava publicamente sobre os “pagamentos de varejo em tempo real e ininterrupto”, que logo passaram a ser conhecidos como “pagamentos instantâneos”, incentivando o desenvolvimento de uma solução aberta e “interoperável” pela indústria. Nessa época, diversas soluções estavam sendo arquitetadas e implementadas em diversos países, com amplo acompanhamento e discussões no CPMI.

Em 2018, já no final do governo de Michel Temer, diante da falta de movimentação, de interesse, da dificuldade de coordenação dos agentes privados e da necessidade de o processo ser empreendido por uma instituição neutra, em um contexto de uma indústria de pagamentos complexa e com multiplicidade de interesses específicos, o BC assumiu a liderança no desenvolvimento do Pix e de sua infraestrutura tecnológica. A primeira etapa foi a constituição

do Grupo de Trabalho - Pagamentos Instantâneos (GT-PI), com o objetivo de manter um diálogo amplo com o mercado, o que resultou na publicação do Comunicado nº 32.927, de 21 de dezembro, divulgando os requisitos fundamentais do Pix. Ainda em 2018, foi feito um “benchmark” internacional, identificando as diferentes soluções dos outros países e as respectivas lições aprendidas.

Em março de 2019, foi criado o Fórum Pix, instância consultiva com participação da indústria e sociedade civil, para a discussão das regras de funcionamento do mais novo sistema de pagamentos que já tomava forma definitiva. Em fevereiro de 2020, foi feito o lançamento oficial da marca Pix, e em outubro, foi iniciado o cadastro de chaves. Em novembro, o sistema passou oficialmente a operar.

Mayara lembra que o Pix foi criado com o propósito de preencher uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamentos disponíveis até então à população. Em outras palavras, para alavancar a competitividade e a eficiência do mercado de pagamentos no Brasil, baixar o custo, aumentar a segurança e aprimorar a experiência dos clientes, incentivar a eletronização do mercado de pagamentos de varejo, democratizar o acesso a meios de pagamentos eletrônicos e promover a inclusão financeira.

Ela explica que as características do Pix favorecem o seu uso pela sociedade por estar inserido em um ambiente competitivo e aberto, não restrito aos grandes bancos. Hoje, já são aproximadamente 760 instituições habilitadas para ofertar o sistema de pagamentos aos seus clientes, pelos respectivos aplicativos ou internet banking. Além disso, o Pix é versátil (pode ser usado nas mais variadas situações de pagamento, transferência e saque) e é muito simples de ser operado, bastando ter uma conta em uma instituição participante, além de ter a iniciação facilitada seja pelo uso da chave Pix (informação de identificação do recebedor) ou pela leitura do QR Code. Por fim, ela ressalta, a gratuidade de sua aplicação para as pessoas físicas, o que concretiza a democratização de seu acesso. Estima-se que até dezembro de 2021, mais de 50 milhões de pessoas, que anteriormente não realizavam TED, possam ter passado a ser usuárias do Pix.

Somente um quadro altamente qualificado seria capaz de desenvolver um projeto de tamanha complexidade e com inúmeros benefícios

Mardônio Sarmento

Diretor de Comunicação do SINAL



“Nesse contexto de desemprego e pandemia, em que muitas pessoas passaram a desenvolver atividades informais, o Pix é uma opção para facilitar o recebimento, sem ter a complexidade e o custo de recebimento com cartões, além da enorme vantagem do

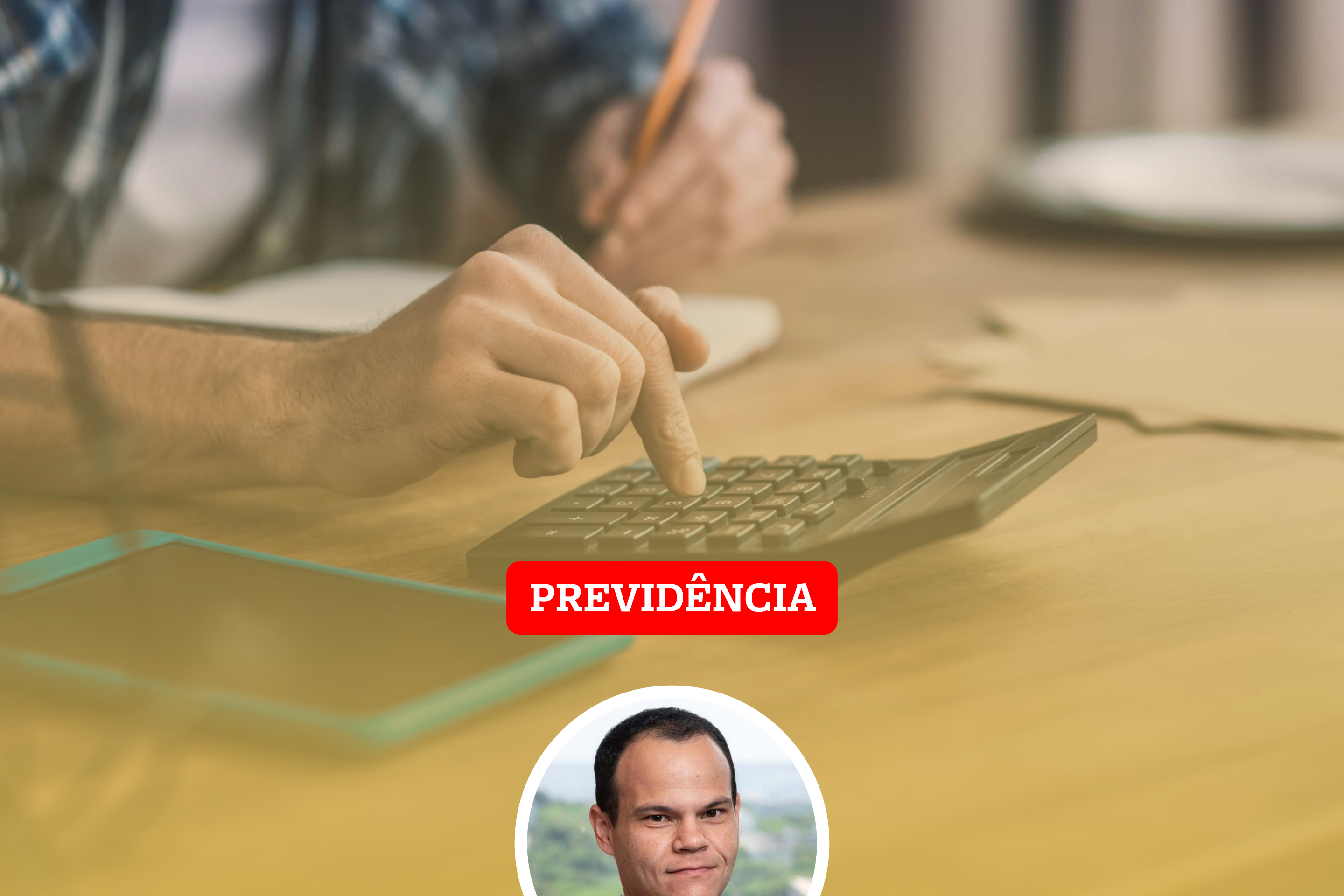
recebimento imediato, em poucos segundos”, comenta Mardônio Sarmiento, diretor do SINAL.

Mayara Yano reforça que o Pix foi um projeto extremamente desafiador, pois além de toda a construção do ecossistema envolvido (regras de funcionamento, sistemas, novos processos de trabalho), exigiu a coordenação de uma grande quantidade de agentes, muitas vezes com interesses diversos. Além disso, o prazo do projeto foi extremamente ousado, contou com uma equipe muito reduzida que teve ainda que lidar com uma reestruturação organizacional e cenário de pandemia.

Mardônio entende a criação do Pix como uma amostra da elevada qualidade de prestação de serviço que o servidor do BC consegue produzir e entregar à sociedade. “Somente um corpo funcional comprometido com o interesse público e que reúne expertises de alto nível poderia desenvolver um projeto de tal complexidade e com tantos benefícios socioeconômicos. Por isso, a categoria e o Sindicato que a representa devem ocupar o papel que deveria ser da direção do BC e das autoridades do governo para reconhecer e propagar para a opinião pública o verdadeiro valor que o servidor do Banco Central representa para a administração pública e para o país”. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





PREVIDÊNCIA



Migração de Regime – prorrogação da vigência da Medida Provisória 1.119/2022

Por José Hailton Lages Diana Júnior

A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, instituiu o Regime de Previdência para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive para os membros de Poder, cujo objetivo foi fixar limite máximo para concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público da União.

O prazo para migração, inicialmente previsto por 2 anos, foi reaberto em outras 2 oportunidades, tendo baixa adesão dos servidores públicos federais.

Ocorre que em 25/05/2022 o prazo foi novamente reaberto, no entanto, com um grande diferencial, o fato de a Previdência do Servidor Público Federal ter sido reformada no final do ano de 2019, por meio da Emenda Constitucional nº 103/2019.

A Medida Provisória nº 1.119/2022 trouxe mais segurança com relação aos questionamentos sofridos nas outras janelas de migração, como, por exemplo, estabelecimento da natureza jurídica da par-

cela denominada Benefício Especial e também sobre a correção monetária anual desta parcela e do valor relativo aos proventos de aposentadoria, limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

Nesse sentido, para exercer o direito da opção da migração, o servidor público federal deve se atentar ao prazo, pois isto já tem causado muita dúvida.

Neste ponto, é importante dizer que apesar de a MP 1.119/2022 estabelecer que o prazo para migração deve ser exercido até o dia 30/11/2022, o servidor tem que ter em mente que a duração da vigência da Medida Provisória perdurará somente até 05/10/2022.

Isto porque o Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, editou ato publicado no último dia 05/08/2022, para prorrogar a vigência por mais 60 dias.

Logo, se a referida Medida Provisória não for convertida em Lei, até o dia 05/10/2022, os efeitos jurídicos estarão automaticamente extintos, o que impossibilitaria de os servidores manifestarem opção pela migração após esta data.

Por isso, é de suma importância que o servidor que esteja pensando em migrar ou avaliar a melhor hipótese em seu caso individual tenha em mente que o prazo final é o dia 05/10/2022, sem falar que referida data é logo após o primeiro turno das Eleições.

Isto é, o período eleitoral já se iniciou e tal fato prejudica de forma abrupta a rotina do Congresso Nacional, sendo possível que a MP perca a sua vigência sem deliberação nas Casas Legislativas, oportunidade em que o Congresso deverá editar Decreto sobre os efeitos dos atos praticados na vigência da MP.

Desse modo, considerando que a migração para o Regime de Previdência Complementar pode ser um tanto quanto vantajosa para alguns, é necessário que os servidores amadureçam a ideia sobre a migração antes do dia 05/10/2022.

Assim, é imprescindível que a avaliação seja feita pelo servidor o quanto antes, avaliando as projeções financeiras, todos os cenários favoráveis e desfavoráveis, de modo que a opção, ou não, pela migração seja acertada e de acordo com as suas características individuais.

José Hailton Lages Diana Júnior

Coordenador Previdenciário da Advocacia Riedel



INTERLOCUÇÃO

Presidente, Fábio Faiad, e diretor de Comunicação, Mardônio Sarmiento, durante evento realizado pelo Fonacate, em julho

SINAL e Fonacate discutem demandas da classe com presidenciáveis

Fórum se reuniu, em julho, com coordenador do programa de governo do candidato da chapa Lula-Alckmin; agenda seguirá com demais postulantes ao Planalto

O fortalecimento, a modernização das atribuições e prerrogativas da carreira de Especialista e a criação da Retribuição por Produtividade Institucional (RPBC) são temas de ofício entregue pelo presidente nacional do SINAL, Fábio Faiad, ao coordenador do programa de governo da chapa Lula-Alckmin às eleições presidenciais, Aloízio Mercadante, em julho. A reunião ocorreu durante a mais recente atividade da, já tradicional em anos eleitorais, série de “Encontros com Presidenciáveis”, organizada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), em Brasília.

Além das demandas funcionais - que estão no centro das mobilizações da categoria (saiba mais na página 5) e para as quais foi requerido o apoio da sigla -, o Sindicato apresentou ao representante da chapa postulante ao Planalto propostas para a formulação de políticas públicas relativas ao Banco Central do Brasil e à fiscalização e regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O rol de sugestões contempla, por exemplo, a realização de novos

concursos para reposição do efetivo da Autarquia; a ampliação de normas que visem estimular a inclusão e a educação financeiras no país; a criação da taxa de supervisão do SFN; e a adoção de políticas de aumento da concorrência bancária.

A agenda de encontros das entidades que integram o Fonacate com os representantes dos candidatos visa ouvir as propostas dos presidenciáveis para o setor público e apresentar as diretrizes necessárias ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com foco na retomada das capacidades estatais de planejamento e de coordenação estratégica, na valorização dos servidores e no aprimoramento contínuo da administração pública. A Carta de Princípios endossada por todas as afiliadas ao Fórum é o ponto de partida das discussões. Confira o documento na íntegra [aqui](#).

À mesa da reunião com Mercadante, o presidente, Rudinei Marques, entregou o documento e falou da atuação do Fonacate em temas de interesse do funcionalismo nos últimos anos e seu papel decisivo para evitar danos ainda maiores ao Estado.

“O Fórum se preparou tecnicamente para os debates, apresentou estudos, participou de audiências públicas, esteve muito presente na mídia e, sobretudo, mobilizou servidores públicos em todo o país e a sociedade em geral contra a perda de direitos e a fragilização do serviço público”, relatou Marques, ao enumerar matérias extremamente danosas aos direitos da classe, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa.

O Sindicato e as demais representações do Fonacate seguirão buscando, até outubro, diálogos com as campanhas de todos os demais postulantes ao Planalto. No último dia 9 de setembro, o SINAL enviou ofício ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, solicitando agendamento de reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, para debater as mesmas pautas, tendo em vista a candidatura à reeleição do atual governo.

Vale lembrar que, ainda em 2021, as entidades se reuniram com o, então, pré-candidato do PDT, Ciro Gomes (relembre [aqui](#) repercussão do encontro na primeira edição da Sinalizando), agenda que deve ser repetida, agora, com a apresentação da Carta de Princípios. Acompanhe em fonacate.org.br. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





AND 2022

29ª ASSEMBLEIA NACIONAL DELIBERATIVA (VIRTUAL)

O SINAL no contexto de pós-pandemia

5 e 6 de Novembro

ASSEMBLEIA

29ª AND debaterá “O SINAL no contexto de pós-pandemia”

Blogs temáticos para debate dos quatro subtemas do evento já estão disponíveis no site do Sindicato; participe

Dentre as suas mais variadas repercussões, a pandemia da Covid-19 nos legou uma série de transformações também no mundo do trabalho. Novas rotinas laborais, novas métricas, novas demandas e (por que não?) novas formas de mobilização nos impõem reflexões, adaptações e ajustes, de modo a manter a atuação do Sindicato em linha com os anseios e pleitos da categoria. E sobre esta conjuntura debateremos “O SINAL no contexto de pós-pandemia”, na 29ª Assembleia Nacional Deliberativa.

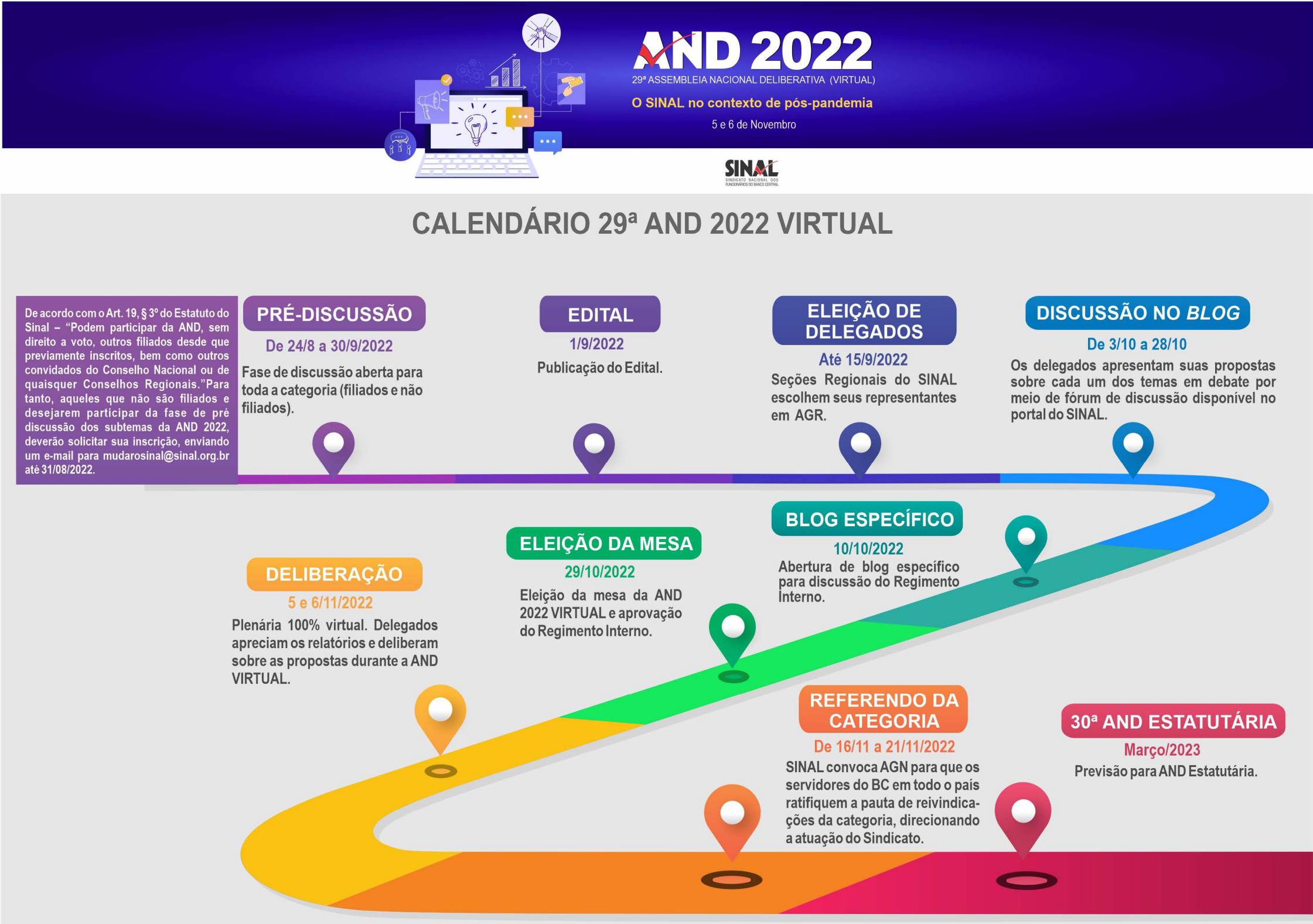
A partir do assunto central, foram definidos quatro subtemas, que nortearão as discussões durante todo o cronograma do evento: “Pautas salarial e não salarial 2023”; “Autonomia e outras questões sobre o BC”; “Estratégia e atuação do SINAL”; e “Valorização do servidor público e novas temáticas”.

Esta edição da principal instância deliberativa da entidade, excepcionalmente, ocorrerá de maneira 100% virtual. A plenária, que indicará as diretrizes para os rumos da atuação sindical, está marcada para os dias 5 e 6 de novembro. Mas a AND já teve seu pontapé inicial dado, com a abertura dos blogs temáticos, no último dia 24 de agosto. Esta primeira etapa, que se estenderá até o dia

30 de setembro e está aberta a filiados e não filiados, é dedicada a colher propostas acerca de cada um dos quatro subtemas.

Para participar, acesse o endereço and2022.sinal.org.br. O filiado deverá informar login e senha (os mesmos já utilizados no site do Sindicato). Caso tenha esquecido a chave de acesso, deverá clicar em “Não tem ou esqueceu a senha?”. O não filiado que tiver interesse em acessar o ambiente de interação, deverá enviar um email para mudarnosinal@sinal.org.br, com nome completo e matrícula.

Os próximos passos, a partir da eleição dos delegados regionais (que ocorrerá até 15 de setembro), serão restritos a filiados. Caso tenha interesse em se candidatar a uma das vagas de delegado regional, entre em contato com sua representação do Sindicato para mais informações. A 29ª AND se encerrará no fim do mês de novembro, com a apreciação, por toda a categoria, das diretrizes aprovadas na plenária. E o seu engajamento neste processo é fundamental. Confira abaixo o calendário completo da Assembleia Nacional Deliberativa.



Em face da não realização da AND prevista para 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, será promovida, ainda, uma edição presencial da AND, no primeiro trimestre de 2023, para tratar de assuntos estatutários. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





NA JUSTIÇA

Liminar afasta efeitos do Decreto 10.620/2021

Decisão da 16ª Vara Federal Cível suspende, por ora, impactos do dispositivo sobre servidores do Banco Central do Brasil

A relutância dos órgãos do governo federal em dialogar com as representações dos servidores públicos sobre matérias que os impactam diretamente em diversas oportunidades acaba por tornar o Judiciário uma importante, e por vezes a única, instância de mobilização possível na defesa dos direitos e prerrogativas da classe. E da Justiça veio mais uma importante vitória, em julho.

O juiz da 16ª Vara Federal Cível (Seção Judiciária do Distrito Federal), Marcelo Rebello Pinheiro, deferiu pedido de tutela de urgência em ação civil pública movida pelo SINAL. A decisão (confira na íntegra [aqui](#)), em caráter liminar, afasta do corpo funcional do Banco Central do Brasil, por ora, os efeitos do Decreto 10.620/2021. Na prática, o entendimento emanado pelo magistrado impede que as atribuições de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões dos servidores da Autarquia sejam transferidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para assegurar aos substituídos do Sindicato autor o direito de a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social permanecerem sendo realizadas pelos órgãos descentralizados do SIPEC, determinando-se, assim, à ré que se abstenha de promover a transferência nos termos do Decreto n.º 10.620, de 05 de fevereiro de 2021, até ulterior decisão desse juízo, conforme interpretação dada ao caso em concreto”.

*Trecho da decisão do juiz
da 16ª Vara Federal Cível*

Ainda que uma conquista provisória, o presidente nacional do Sindicato, Fábio Faiad, destaca que mais um importante passo foi dado e que “a liminar pavimenta o caminho para uma vitória definitiva sobre o dispositivo”. Também assevera que “o SINAL seguirá trabalhando – como tem sido feito, nas diversas frentes, desde meados do último ano – até que os servidores do BC estejam livres, de vez, desta ameaça”.

Não apenas o aumento das burocracias até a concessão da aposentadoria - haja vista as dificuldades de o INSS lidar já com a demanda atual -, mas também os impactos indiretos e receios de uma “desvinculação” dos servidores de seu órgão de origem (no caso o BC) suscitaram os esforços do Sindicato contra o Decreto 10.620/2021 desde o nascedouro.

Ainda no Judiciário, o SINAL, em conjunto com as demais representações do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), figura como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) 6767, que questiona o regramento no STF. No primeiro semestre, Fábio Faiad, que também é vice-presidente de Comunicação do Fonacate, ao lado da assessora jurídica do Fórum, Larissa Benevides, esteve reunido com representantes do gabinete da ministra Rosa Weber, relatora da ADIn na Suprema Corte. Na oportunidade, foram reforçados os argumentos em favor da declaração de inconstitucionalidade do Decreto.

Já na esfera do Executivo, segue a busca pela retomada dos diálogos sobre o tema, que integra a pauta reivindicatória da categoria, na esteira da mobilização em curso. O Sindicato encaminhou, em 9 de setembro, ofício à diretora de Administração do Banco Central, Carolina Barros, por meio do qual requer agendamento de reunião, com a participação da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, para discutir a exclusão dos servidores da Autarquia do alcance do Decreto 10.620/2021. ■